



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –

Nº 63

Abril – 2015

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Carta Capital* e *Veja*, e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorando em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos (Universidade de Coimbra)/ Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales;
Mestrandos em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUCSP): Giovanna Ayres; José Augusto Zague; Livia Peres Milani; Luiza Elena Januário;
Raphael Camargo Lima;
Graduado em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Henrique Neto Santos;
Graduandos em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Aline Meschiatti; Jonathan de Assis; Kimberly Digolin.



Observatório de Política Exterior do Brasil

No mês de abril, a imprensa brasileira focou-se em quatro temas específicos: o papel brasileiro na 7ª Cúpula das Américas que ocorreu no Panamá; a economia brasileira e comércio internacional; as relações entre Mercosul e a União Europeia; e o programa Mais Médicos, sobretudo no que concerne às relações entre Brasil e Cuba. De forma geral, os periódicos *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense* criticaram as relações do Brasil com a Venezuela em detrimento das relações bilaterais com os Eua. O *Correio Braziliense* ainda manifestou-se a favor da intensificação das relações comerciais brasileiras com parceiros de maior peso econômico. Já o *Estado de S. Paulo* seguiu a mesma linha crítica, condenando a falta de um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Por fim, esse periódico ainda criticou o programa Mais Médicos e as consequentes relações entre Brasil e Cuba.

7ª Cúpula das Américas

A *Folha de S. Paulo* e o *Correio Braziliense* abordaram a 7ª Cúpula das Américas que reuniu diversos chefes de Estado no Panamá. Os jornais chamaram a atenção para a aproximação diplomática entre Cuba e Eua e para as relações entre os governos venezuelano e estadunidense, depois que o presidente Barack Obama declarou que a Venezuela seria uma ameaça à segurança dos Eua.

Nesse contexto, a *Folha de S. Paulo* adotou uma postura mais otimista, argumentando que são bem-vindas as gestões brasileiras para circunscrever as diferenças entre Eua e Venezuela ao âmbito bilateral. Entretanto, o *Correio Braziliense* foi mais crítico ao destacar que as relações do Brasil com a Venezuela representam um empecilho ao governo brasileiro e que não convém aos interesses nacionais privilegiar os venezuelanos em detrimento dos Eua. O *Correio Braziliense* ainda ressaltou que, diante da crise política e econômica brasileira, não cabe alimentar o impasse com os Eua em torno da espionagem e que o Brasil precisa conquistar mercados com os quais possa transacionar e garantir os dividendos indispensáveis à derrota da crise.

Ambos os periódicos destacaram o papel que o Brasil pode desempenhar como intermediador das relações entre Cuba e Eua e entre Venezuela e Eua. Na análise dos periódicos, as relações diplomáticas e econômicas com o governo estadunidense devem



Observatório de Política Exterior do Brasil

sempre ser privilegiadas em detrimento dos países da América Latina, enxergando nos Eua o parceiro ideal para melhorar os problemas econômicos brasileiros. Porém, os jornais sequer fazem menção às iniciativas latino-americanas e sul-americanas de integração, tampouco se atentam para uma possível dependência econômica do Brasil em relação aos Eua se o governo brasileiro de fato apostasse exclusivamente na relação com o país norte-americano para melhorar a situação econômica interna. As iniciativas econômicas com os parceiros da América do Sul – o que inclui a Venezuela – já vêm sendo trabalhadas de modo que o Brasil tenha certa autonomia e liberdade para negociar em seu contexto regional. Nesse sentido, a intensificação das relações com os Eua em detrimento de outros países seria um retrocesso dos avanços já alcançados no âmbito da Unasul e do Mercosul. Vale lembrar ainda que o receio de que o Brasil se afaste diplomaticamente dos Eua não procede, visto que mesmo quando houve o episódio de espionagem por parte do governo norte-americano, ambos os países mantiveram seu histórico de boas relações diplomáticas.

Economia Brasileira

Em editorial, o jornal *Correio Braziliense* afirma que após aproveitar os preços das commodities no mercado internacional, no período anterior a crise econômica global, o Brasil não para de gerar notícias negativas no setor externo. Segundo o periódico, estudo realizado pela OMC demonstrou que entre as trinta maiores economias do mundo, a brasileira foi a que teve maior retração nas suas exportações, queda de 7% em 2014. A participação do Brasil no comércio internacional caiu de 1,3% para 1% em 2014 e as perspectivas para 2015 e 2016, segundo a OMC, são desfavoráveis, pois o país não tem conseguido amenizar as consequências da desvalorização do dólar e da queda no preço internacional das commodities. Para o jornal, a reversão do atual cenário só vai ocorrer se o país cortar as amarras internas que impedem o investimento privado em infraestrutura, reduzir o gasto público e a carga tributária sobre a produção e abandonar o viés político que impede negociações com parceiros de maior peso econômico.



Observatório de Política Exterior do Brasil

O jornal repete o corolário da grande imprensa brasileira: abertura do país para acordos de livre comércio com os países de economia avançada. O Brasil criou nos últimos anos mecanismos para amparar áreas importantes do setor industrial, com juros subsidiados e desoneração de impostos. No entanto, a indústria encolheu frente a concorrência estrangeira, com o aumento das importações favorecidas pelo longo período de valorização do real frente ao dólar, provocando o desaparecimento de cadeias produtivas inteiras. Para fazer frente à concorrência estrangeira, especialmente a chinesa, é necessário modernizar a cadeia industrial com incorporação de tecnologia própria, o que recuperaria a produtividade perdida pela indústria. Tradicionalmente, a indústria brasileira investe pouco em tecnologia e quando amplia a produtividade, reduz despesas no custo do trabalho. No entanto, na última década o Brasil viveu uma conjuntura próxima ao pleno emprego, restringindo a mão de obra disponível, impedindo o aumento da produtividade pela queda no custo do trabalho.

Abrir uma frente para firmar acordos de livre comércio com países de economia avançada, como os Estados Unidos e membros da União Europeia, sem resolver o crônico problema do setor industrial brasileiro que não investe em inovação, pode agravar e não resolver o problema. De outro lado, a queda no preço das commodities é uma variável do mercado internacional que o governo brasileiro não pode controlar. A desvalorização do real frente ao dólar em uma conjuntura de crise interna e lenta recuperação das economias avançadas pode ser a única alternativa de momento para recuperar parte do vigor das exportações brasileiras.

Acordo Mercosul-União Europeia

Em editorial publicado no dia 18 de abril, o jornal *O Estado de S. Paulo* apontou existir desinteresse por parte da União Europeia em dar seguimento às negociações do acordo de livre-comércio com o Mercosul. Segundo o periódico, o Mercosul não consta na relação de temas comerciais relevantes aos quais o bloco europeu dedicará atenção neste ano, o qual opta por uma agenda voltada às tratativas com os Estados Unidos e países asiáticos. A hipótese levantada pelo jornal é a de que tal afastamento europeu se deve pela incapacidade da contraparte sul-americana em formular uma proposta que



Observatório de Política Exterior do Brasil

seja minimamente aceitável para a União Europeia, visto que as negociações teriam avançado pouco desde seu início, em 1999. Contudo, vale a ressalva de que as negociações foram paralisadas em 2004, sendo relançadas apenas no ano de 2010. Em mesma medida, ainda de acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, as iniciativas discursivas de ambas as partes sem favor do estabelecimento do acordo de livre-comércio, apesar de numerosas, não se traduziram em avanços concretos no que seria, segundo o jornal, um acordo indiscutivelmente benéfico para os dois blocos. Ademais, o periódico argumentou que, por ventura das características normativas do Mercosul, o Brasil perde oportunidades de ampliar suas exportações através da celebração de acordos comerciais independentes do bloco sul-americano.

Dessa forma, a linha argumentativa sugerida pelo editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* compreende o Mercosul enquanto um projeto de integração paralisado e pouco vantajoso do ponto de vista dos interesses comerciais brasileiros. A presumida incapacidade da contraparte sul-americana em delinear termos que desenvolvessem as negociações com a União Europeia se apresenta como símbolo desse esgotamento do bloco sul-americano. Cabe destacar, entretanto, que o suposto desinteresse europeu em concretizar um acordo de livre comércio com o Mercosul não implica, necessariamente, no fim das tratativas entre as duas partes, ou seja, espera-se que o diálogo em favor de um acordo entre blocos continue aberto.

Ainda, o jornal afirma que um eventual acordo ente o Mercosul e a União Europeia representaria, indiscutivelmente, um ganho mútuo para as partes e, conseqüentemente, para o Brasil. Nesse aspecto, no entanto, é importante problematizar os termos inerentes às negociações do acordo de livre comércio, sobretudo quando consideradas a potencial amplitude do acordo e a necessidade de negociação em bloco por parte dos países do Mercosul, visto que as regras do grupo não permitem que os membros realizem acordos isolados. Concernente ao Brasil, destaca-se que as exportações destinadas aos países do bloco sul-americano são, em sua maioria, bens manufaturados, enquanto que à União Europeia são exportados, majoritariamente, produtos básicos como minérios e grãos.

As críticas apresentadas pelo editorial concentram-se na dimensão comercial do Mercosul, a medida em que são questionados os impactos da suposta imobilidade do



Observatório de Política Exterior do Brasil

bloco à dinâmica comercial brasileira. A atual conjuntura regional de adversidades econômicas estimula leituras dessa natureza. Todavia, apesar de fundamental, a análise da esfera econômico-comercial do Mercosul deve ser acompanhada de considerações sobre outras dimensões, tais como a política e a social. O bloco sul-americano tem exercido esforços não só em favor do estímulo comercial, mas também da democracia, da inclusão social, manutenção da paz, em vistas de uma inserção internacional e de um desenvolvimento econômico regionais. Nesse sentido, apesar de apresentar dificuldades no que tange à dimensão comercial, os países do Mercosul atingiram entendimentos importantes que amplificam a relevância do bloco para a política externa brasileira.

Programa Mais Médicos

Em editorial publicado no dia 2 de abril, *O Estado de S. Paulo* abordou a atual situação do programa do governo federal Mais Médicos, que visa trazer médicos estrangeiros para trabalharem no Brasil, especialmente em regiões em que há escassez de profissionais. Conforme o periódico ressaltou, a maior parte dos médicos do programa é composta por cubanos. De acordo com o jornal, o objetivo do Mais Médicos sempre foi ajudar o governo cubano através do repasse da maior parte da remuneração dos profissionais contratados pelo governo brasileiro.

Ademais, o periódico afirmou que o mais recente problema do programa reside nas restrições à permanência de familiares de médicos que trabalham no Brasil, uma vez que o governo de Cuba só autoriza a visita e está pressionando para que as famílias voltem para a ilha. O editorial ressaltou que essa medida tem como objetivo evitar a deserção dos médicos e que seu efeito pode ser contrário, sendo que demonstra a forma autoritária como o governo cubano trata os médicos. *O Estado de S. Paulo* posicionou-se então favoravelmente ao projeto de decreto legislativo, apresentado ao Senado por Cássio Cunha Lima (PSDB) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), que anula o acordo assinado entre o Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde, por meio do qual ocorre a contratação dos médicos cubanos. O jornal concordou com a declaração de Cunha Lima de que o projeto acaba com a fraude.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Pode-se afirmar então que o periódico apresentou diversas críticas ao Programa Mais Médicos, como a preocupação com valores humanos no caso da proibição da reunião familiar e até mesmo os verdadeiros motivos que estariam por trás da iniciativa. É possível notar que há uma forte crítica contra a ideologia que estaria motivando as decisões do governo brasileiro, mas a própria posição do jornal é apresentada como se fosse descolada de perspectivas ideológicas e/ou partidárias, tratando-se de um simples combate a uma fraude que visa financiar uma ditadura.

Cabem também questões sobre quais problemas a anulação do contrato resolveria. Não é visualizada nenhuma proposta substitutiva para tentar melhorar o acesso à saúde no Brasil, tampouco é possível compreender como uma situação melhor e mais humanitária seria vivida pelos médicos cubanos que estão no Brasil sofrendo pressões para ficarem longe de suas famílias. Trata-se então de um projeto extremo, que propõe logo o fim do programa, não buscando uma forma de superar dificuldades e distorções das quais o Mais Médicos não é livre.

O periódico deveria considerar também que Cuba vem sofrendo várias transformações e que existe uma demanda de países da América Latina no sentido de que Cuba não deve ser política e economicamente isolada, sendo que recentemente até os Eua realizaram gestos em vistas de restabelecer as relações entre os países. Dessa forma, iniciativas no sentido de riscar Cuba da política externa é um movimento na contramão de eventos atuais e significativos.

Referências:

- Correio Braziliense – **Visão do Correio:** Na rabeira do mundo – 15/04/2015
- Correio Braziliense – **Opinião:** Menos renda e empregos – 29/04/2015;
- Folha de S. Paulo – **Opinião:** Entre a história e o fiasco – 09/04/2015;
- O Estado de S. Paulo – **Notas e Informações:** Bom mesmo é para Cuba – 02.04.2015;
- O Estado de S. Paulo – **Notas e Informações:** Desinteresse dos europeus – 18.04.2015